



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Ata da Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Educação do Estado do Pará – FEE-PA, realizada ao dia treze do mês de setembro de dois mil e dezesseis.

01 Às nove horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no auditório A
02 do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará – ICED/UFPA, ocorreu a Reunião
03 Ordinária do Fórum Estadual de Educação – FEE-PA, com a presença dos seguintes membros:
04 José Roberto Alves da Silva – Coordenador; Prof. Glória Maria da Rocha – UEPA; Prof.^a Maria
05 Gorete Rodrigues de Brito – UNCME; Prof.^a Karine Almeida Paixão – Secretária Executiva do
06 FEE; Prof. Hamilton Ramos Corrêa – CUT/PA; Prof. Roberto Ferraz Barreto – UFPA; Prof.
07 Ronaldo Oliveira da Rocha – SINTEPP; Prof. Wilson Barroso – PROIFES; Prof.^a Márcia
08 Andréia Ribeiro – SEDUC; Prof.^a Ana Cláudia Sena – SENAC; Prof.^a Ana Rosa Peixoto de
09 Brito – ANFOPE; Prof.^a Kátia Tárrio – CEE; Prof. Manoel Delmo Oliveira – UEPA; Prof.^a
10 Laura Helena Barros – IFPA; Prof. Roberto Ferraz – UFPA; Prof.^a Janae Gonçalves – UFRA;
11 Prof.^a Nazaré Maciel – UFRA; Prof.^a Doraci Soares das Dores – CEDENPA; Nair Mascarenhas
12 – UNDIME; Sérgio Massola – ALEPA; Prof.^a Maria Beatriz Padovani – SINEPE. Os seguintes
13 membros justificaram previamente ausência: Prof. Francisco Willams Campos – Vice
14 Coordenador do FEE; Márcia Arguelles Pantoja – SESI. Os demais membros não se
15 manifestaram, sendo computadas suas ausências. A Reunião tratou da seguinte pauta: 1.
16 Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 09/08/2016; 2. Monitoramento do Plano
17 Estadual de Educação; O que ocorrer. O coordenador saudou os presentes e deu início a reunião
18 com a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 09 de agosto de 2016, confirmou dentre os
19 presentes o recebimento desta por e-mail no dia 19 de agosto, e salientou que nenhuma
20 alteração ou proposição foi recebida até o momento. Os presentes não contestaram e a ata foi
21 aprovada por unanimidade sem acréscimos. No segundo ponto de pauta, Monitoramento do
22 Plano Estadual de Educação, a Prof.^a Maria Gorete Rodrigues de Brito, Coordenadora da
23 Comissão de Monitoramento e Sistematização, fez a releitura dos membros que compõe a
24 Comissão e apresentou a linha do tempo das atividades realizadas pela Comissão no primeiro
25 semestre de 2016, conforme segue: No mês de janeiro houve a articulação entre os membros do
26 FEE para compor a comissão e levantamento de instrumentos para subsidiar o trabalho da
27 comissão, tais como a LDO, LOA e PPA com o objetivo de compreender a receita do Estado
28 para o exercício de 2016. No mês de fevereiro houve o estudo sobre a concepção de
29 monitoramento e avaliação que contribuiu na criação de estratégias para dar continuidade ao
30 trabalho. Ainda com a palavra, destacou que, a partir das orientações da SASE, por meio dos

31 formulários e instrumentos, houve a construção da primeira agenda de trabalho bem como de
32 mecanismos para o monitoramento do PEE. Em Março foi realizada análise dos indicadores e
33 metas do PEE, bem como algumas sessões de estudo do Plano. No mês de abril houve a leitura
34 e análise das metas do PEE para o monitoramento, e por meio dessa análise foram identificadas
35 algumas inadequações no Plano Estadual, a exemplo da meta 6 que trata da educação de tempo
36 integral, a qual está em dissonância com o Plano Nacional. Alertou que a Comissão identificou
37 aspectos que demandam revisão. Sinalizou que algumas demandas ainda precisam ser
38 atendidas. No mês de junho, houve a definição da plataforma de coleta de dados e linha de base
39 para o monitoramento do PEE, neste momento foi definido o ano de 2013 como parâmetro e o
40 Censo e o INEP como fonte de dados. Também foi definido pela Comissão de Monitoramento e
41 Sistematização, o envio de ofícios/convite aos Grupos de Pesquisa – GP’s das Instituições de
42 Ensino Superior IES’s para subsidiar o FEE no monitoramento e sistematização do Plano,
43 porém as mesmas não responderam. Frisou a existência de algumas metas que precisam ser
44 atendidas já no ano de 2016 e nesse aspecto destacou os desafios enfrentados pela Fórum
45 Estadual para o monitoramento do Plano, tais como a consolidação de uma agenda sistemática
46 de trabalho e o retorno do levantamento de dados para subsidiar a construção dos indicadores do
47 PEE. Ainda com a palavra, a Prof.^a Gorete ressaltou que por indisponibilidade de dados para
48 fazer o monitoramento a comissão não conseguiu avaliar metas e respectivas estratégias que
49 venceram ou encontram-se em vias de serem vencidas. Na sequência da apresentação, a
50 coordenadora abordou as estratégias que foram deliberadas pela Comissão e trazidas para a
51 aprovação do FEE conforme segue: Consolidação de uma agenda de trabalho. Primeira
52 estratégia: Análise dos dados da educação paraense pela equipe técnica do FEE-Pa. Ressaltou
53 que esta estratégia ainda não foi efetivada por indisponibilidade dos dados. O prof. Wilson
54 Barroso destacou que a representante da SEDUC, Márcia Aguiar Ribeiro, enquanto
55 representante da SEDUC, colabora consideravelmente com a Comissão, mas que encontra-se
56 sobrecarregada por outras atividades que lhes são atribuídas, visto que não possui dedicação
57 exclusiva para o FEE-Pa. Alertou que o FEE-Pa tem realizado reuniões tratando repetidamente
58 dos mesmos assuntos, visto que o trabalho está inviabilizado, finalizou sua fala afirmando
59 tratar-se de uma decisão política. O Coordenador do FEE-Pa, Prof. José Roberto Alves da Silva,
60 esclareceu que, além do apoio logístico e estrutura oferecidos pela Secretaria de Educação, as
61 instituições que compõe o FEE-Pa, por meio de seus representantes, devem dar suporte neste
62 sentido. Ainda com a palavra o Coordenador evidenciou que o FEE tem funcionado
63 sistematicamente e nenhuma reunião foi adiada. Além disso, acentuou que a SEDUC colocou o
64 Censo Escolar à disposição da Comissão, bem como plataformas de dados de domínio público e
65 que falta a Comissão formalizar o pedido especificando quais os dados são necessários.
66 Ressaltou que foi solicitado apoio aos Grupos de Pesquisa e nenhum respondeu, caracterizando
67 a inércia das instituições parceiras. Afirmou que o documento enviado aos GP’s será reiterado
68 às Pro-reitorias de pós graduação e lembrou que não se pode perder de vista que o FEE-Pa pode
69 contar com os cinco técnicos da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE.
70 A coordenadora da Comissão detalhou a proposição feita, especificando que a análise dos dados
71 deverá ser feita por especialistas na área com a definição de prazos, pois o FEE-Pa não possui

72 competência técnica para tal. Dessa forma, perguntou aos presentes se concordavam com a
73 constituição de uma equipe técnica para subsidiar o trabalho da Comissão. Os presentes
74 concordaram. A coordenadora deu seguimento à explanação e apresentou a segunda estratégia
75 que foi deliberada conforme segue: Sessão de estudo do Plano Estadual de Educação - PEE com
76 a releitura do diagnóstico. A coordenadora afirmou que a estratégia foi parcialmente atendida
77 sendo necessário também a análise por falta de dados. Esclareceu que os dados do diagnóstico
78 são do ano de 2013 sendo necessária sua atualização. Outra estratégia apresentada foi a
79 definição de um cronograma de estudos a partir da análise do diagnóstico. Na terceira estratégia
80 houve definição de metas do PEE com base nos estudos realizados pela comissão e análise de
81 dados da educação paraense. A Coordenadora firmou que esta estratégia também não foi
82 efetivada por falta da análise dos dados. Na sequência, a próxima proposição é a de
83 indicadores a serem definidos de imediato os quais serão demonstrados ao final da
84 apresentação. Estratégia 4: Definição de Grupos de Pesquisa - GP's para subsidiar técnica e
85 cientificamente o trabalho de monitoramento e sistematização. Resultado da estratégia: Não
86 houve retorno das Instituições de Ensino Superior. Proposição: Solicitar posicionamento das
87 instituições de ensino superior; Encontro do FEE-Pa com os líderes dos respectivos GP's para
88 cientificarem em quais metas poderão contribuir com a avaliação e monitoramento do PEE.
89 Outra Proposição: reunião com a participação dos membros da comissão junto a determinados
90 GP's. Quinta estratégia deliberada pela comissão: Análise dos indicadores das metas do PEE
91 para fins de monitoramento e avaliação. Depende ainda da análise dos dados e definição dos
92 indicadores. A respeito dessa estratégia, a Coordenadora deixou em aberto para o FEE-Pa fazer
93 a proposição indicando de que maneira o FEE-Pa dará conta desta demanda. Sexta estratégia:
94 Compatibilizar as diretrizes, objetivos e metas do PAA, com as finalidades pretendidas no PEE
95 fixando metas intermediárias que projetem o cumprimento das metas até o final do decênio.
96 Depende ainda da análise dos dados e definição dos indicadores. Estratégias: Definir parcerias
97 para o atendimento dessas demandas, como a Secretaria de Finanças e órgãos que trabalham
98 com essas informações; Definir na L.D.O como prioritárias ações necessárias aos investimentos
99 públicos em educação fundamentais para o cumprimento das metas do PEE. Oitava estratégia:
100 assegurar na Lei Orçamentária dotações orçamentárias suficientes para o cumprimento das
101 metas do PEE. Após a apresentação das estratégias, a Coordenadora apresentou sugestões de
102 indicadores, previstas no próprio PEE, a exemplo da meta 1, usada como exemplo para explicar
103 quais dados serão necessários a SEDUC enviar à comissão. Afirmou que esses formulários estão
104 sendo concluídos e serão apresentados. Lembrou que o FEE deliberou que os dados seriam
105 agrupados por mesoregiões. Ainda com a palavra, a Coordenadora da Comissão de
106 Monitoramento e Sistematização, em virtude da dificuldade de alguns membros da Comissão
107 participarem das reuniões ordinárias, propôs a mudança de data, de modo que estas sejam
108 realizadas às segundas sextas-feiras de cada mês. O Coordenador informou que a Secretaria
109 Executiva encaminhou ofício/convite à Assembleia Legislativa do Pará e apresentou o Sr.
110 Sérgio Massudi, representante da Comissão de Saúde, Educação e Cultura Assembleia
111 Legislativa do Pará - ALEPA, que pediu a palavra e informou que é secretário executivo, e os
112 deputados que fazem parte da referida Comissão não puderam comparecer em virtude da data,

113 pois nos dias de terça-feira e quarta-feira ocorrem as sessões legislativas. Acrescentou que
114 também gostaria verificar a possibilidade da mudança da data da reunião, haja vista a
115 necessidade de haver pelo menos um deputado presente. O coordenador propôs um processo de
116 votação e perguntou ao pleno quem é favorável a manutenção da data ou à proposição de
117 mudança da data. O representante da UFPA, Prof. Roberto Ferraz, pediu a palavra e ponderou
118 que para quem é professor, a questão da data depende de cada semestre e de cada instituição. O
119 coordenador, considerando que se trata de uma questão atípica em virtude da reposição das
120 aulas após a greve da Universidade do Estado do Pará - UEPA, na qual um número
121 significativos de membros do FEE-Pa exerce atividades, inclusive o Vice-Coordenador do
122 FEE-Pa, que precisou presidir inúmeras reuniões; considerando também a solicitação da
123 ALEPA e do pleno, sugeriu fazer essa alteração nos três últimos meses do semestre, e caso
124 resulte em redução do quórum, o FEE-Pa faz uma avaliação na qual poderá decidir se retorna à
125 data inicial. Ainda com a palavra o Coordenador informou que a próxima reunião já poderá
126 ocorrer no Conselho Estadual de Educação, visto que a reforma foi concluída. A respeito da fala
127 da Profª. Maria Gorete Rodrigues de Brito, acerca dos erros constatados no texto do PEE, a
128 Profª Beatriz Padovane, no que diz respeito a Meta 3, confirmou que realmente há um erro
129 textual quando se faz referência ao PNE quando deveria ser PEE e necessita ser corrigido.
130 Contudo, acerca da Meta 6, na questão da proporção da educação integral não há erro, mas a
131 alteração do percentual da Meta foi proposital. Mais detalhadamente explicou, que compõe a
132 equipe Estadual da Rede de Assistência Técnica da Secretaria de Articulação com os Sistemas
133 de Ensino - SASE, e que no momento de construção do trabalho junto ao Estado e aos
134 Municípios fazendo monitoramento da execução dos planos, havia uma tabela de
135 proporcionalidade que o Ministério da Educação entregou à SASE como referência. Isso se deu,
136 pois a distância do Estado do Pará em relação a média nacional inviabilizaria se trabalhar a meta
137 cheia. Então logicamente um Estado/Município que estivesse muito abaixo da Meta nacional,
138 nem o próprio ministério entendia que alcançaria, visto que a Meta Nacional é a média. Admitiu
139 que em alguns municípios a SASE trabalhou metas até acima da média nacional e para não se
140 fazer um plano inexecutável, em alguns municípios em relação a determinadas metas foram
141 considerados percentuais abaixo da media nacional. A partir do estudo dessa tabela de
142 proporcionalidade que foi discutida inclusive no próprio FEE-Pa, logo após foi discutida na
143 Secretaria de Educação, com o Governador do Estado e também na Assembleia Legislativa.
144 Ainda fazendo uso da palavra, a Profª Beatriz Padovane informou que a Rede de Assistência da
145 SASE voltou a operar já com encontros e trabalhos pontuais. A esse respeito, alegou ser
146 substancial que se faça uma integração entre o trabalho do Fórum no Monitoramento e o
147 trabalho da SASE, para discutir inclusive as tabelas com aquilo que nacionalmente esta sendo
148 proposto, para fazer um trabalho não igual, mas minimamente alinhado, para se ter condições
149 de pleitear os programas federais que vão ser feitos à partir das metas do PNE devidamente
150 alinhado com as metas do PEE. Propôs que se tenha uma reunião operacional do FEE com a
151 equipe técnica do MEC para que se faça esse alinhamento. Por fim, a Profª Beatriz Padovane
152 enalteceu a presença do representante da ALEPA que engrandece sobremaneira o trabalho,
153 mencionou que na votação e aprovação do PEE a própria Assembleia fez questão de ter o seu

154 representante nesse trabalho de Monitoramento dos planos, e acredita ser fundamental que a
155 ALEPA participe de forma ativa do processo dentro do FEE-Pa para que se qualifique melhor as
156 nossas discussões em matéria de legislação educacional do Estado. Dirigiu-se ao representante
157 do Conselho Estadual de Educação - CEE, Prof^o Delmo Oliveira, destacando a importância da
158 participação do CEE no sentido de ser mais atuante na função, pois está como órgão específico
159 para atuar nesse monitoramento (bem como a SEDUC, FEE e ALEPA), ou seja, não é um órgão
160 que tem que se fazer representar por uma pessoa, mas precisa se fazer presente ele e todo seu
161 aparato, tanto na Câmara de Educação Superior quanto na Câmara de Educação Básica.
162 Estendeu o pedido à Assembleia, perguntou ao representante se o FEE-Pa pode contar com ele
163 enquanto um veículo para ajudar o FEE-Pa com recursos que são muito mais de suporte técnico
164 do que de ordem financeira. Finalizou falando do enorme prazer em realizar esse trabalho visto
165 que o Estado tem um bom Plano de Educação, que conseguirmos efetivá-lo, mudaremos a
166 realidade da educação e poderemos fazer diferença na sociedade. E ratificou que os órgãos
167 legalmente postos nesse trabalho de monitoramento devem ser atuantes e não apenas a SEDUC.
168 A representante da UEPA, Prof^a Glória Rocha pediu a palavra e acrescentou que o FEE-Pa
169 ansiava para ter um representante do Poder Legislativo e se referiu à apresentação da
170 Coordenadora da Comissão de Monitoramento e Sistematização no que diz respeito às
171 estratégias do trabalho, no item 7 acredita ter um erro ao utilizar o termo “definir” na frase
172 “definir a Lei de Diretrizes Orçamentárias ”, pois o FEE-Pa não tem competência para tal.
173 Acrescentou que o FEE-Pa poderá usar os dados da FADESPA, da CCA que é uma organização
174 da prefeitura de Belém que faz levantamento de pesquisa sobre educação, saúde, etc na área
175 metropolitana. Além disso, sugeriu que se busque os dados dos grupos de pesquisa. Falou ainda
176 que precisamos acompanhar as metas do PEE para verificar o cumprimento. A Coordenadora da
177 Comissão de Monitoramento e Sistematização agradeceu as colaborações da Prof^a Glória
178 Rocha e provocou a Comissão de Mobilização e Sistematização para articular a busca desses
179 dados, já que uma das competências desta Comissão. O representante da UFPA, Prof^o Roberto
180 Ferraz, mencionou que a questão da estatística, como por exemplo, fazer análise do censo
181 escolar, deve ser feito por especialistas estatísticos para fazer a varredura dentro do sistema.
182 Falou que, em seu ponto de vista, o setor público tem uma grande ferramenta nas mãos, porém
183 se inicia governo e encerra governo e os órgãos públicos não conseguem desenvolver o trabalho
184 e citou o INEP como uma exceção visto que o trabalho tem perdurado. O Coordenador do
185 FEE-Pa frisou que o recadastramento, que a SEDUC está em vias de finalizar, dará respostas
186 nesse sentido. O representante da PROIFES, Prof Wilson Barroso, se manifestou acerca das
187 informações trazidas pela Prof^a Beatriz Padovane, e solicitou as informações por escrito para
188 subsidiar sua pesquisa sobre todos os planos municipais de educação tendo como referência a
189 meta 6 do PEE. Seguindo, informou que os dados obtidos até o momento são demasiado
190 interessantes, e citou a existência de municípios que colocaram o percentual de 5% a Meta para
191 atingir a educação integral até 2024. Mencionou que no Plano de Educação de Ananindeua, por
192 exemplo, é necessário analisar a nota técnica e avaliar como a conferência municipal e corpo
193 técnico que sistematizou o Plano Municipal de Educação - PME chegou nesse número (38,9%
194 das escolas públicas e 23,2% dos alunos da educação básica), visto que o diagnóstico não diz.

195 Aproveitou para perguntar se o PNE se refere a média ou unidade federativa, visto que a meta
196 não define e questionou também a existência de nota técnica que justifique as metas que devem
197 ser consideradas como média ou não média. A Prof^a Beatriz Padovane, afirmou que há
198 necessidade de esclarecimento técnico. Explicou que existem Metas que constam no Plano que
199 decorrem do mandamento legal, ou seja, são mandatárias, por exemplo a escolarização dos
200 quatro aos dezessete anos: Princípio constitucional, emenda constitucional 59/2009, não pode
201 ser alterada e o município/Estado não poderão definir percentual, pois se trata de universalizar
202 definido em lei. Então, as médias que são iguais, ou seja, estão em linha, decorrem de
203 mandamentos legais que são indiscutíveis no país todo. Outras Metas do Plano por sua vez não
204 decorrem de instrumentos que obrigam os estados e municípios, acerca destas a Prof^a Beatriz
205 Padovane fez menção ao “Termometro”, criado a época da construção do PNE. Explicou que a
206 fórmula utilizada na construção do termometro é a demonstração da média nacional (que é o
207 cálculo pela média) e a proporcionalidade: cálculo entre Estados e municípios. Quem trabalhou
208 na Rede de Assistência da SASE, nessas Metas que não são imposição de ordem legal, nos
209 trabalhamos pela média. O MEC distribuiu inclusive as tabelas de proporcionalidade, onde
210 cada ente estava em relação aquela média nacional que foi calculada tecnicamente e que até
211 hoje tem funcionado e está sendo utilizada pelo termometro. Explicou que quando entrarem os
212 dados do INEP, o censo escolar no caso, implicará alteração no termometro, pois o mesmo foi
213 feito pela média. Porque houve essa flexibilização para os Estados e municípios se ajustarem
214 nas Metas não decorrentes de ordem legal? Foi orientado aos municípios que olhassem para sua
215 capacidade de atendimento. Por exemplo, existem inúmeros municípios que não possuem
216 nenhuma creche, seria complicado cumprir tal nível de atendimento com os próprios recursos.
217 Surge uma nova discussão, que está em evidência no país todo: Supletividade da União, gerida
218 pela mesma Emenda Constitucional - EC N^o.59 colocando a União como responsável por
219 “carregar” a Rede. Coube então a União, em termos de ação supletiva, ajudar o Estados e/ou
220 municípios que estão afastados da média nacional. Esta lógica norteou a concepção dos Planos
221 Municipais e Estaduais de educação e vem norteando a concepção do Sistema Nacional de
222 Educação para composição do recurso. Ainda com a palavra, citou o CAQ e o CAQi que
223 permeiam o assunto e ainda não foram homologados e são fundamentais no estabelecimento do
224 parâmetro de qualidade para então trabalhar Tempo Integral. Citou o Parecer N^o.08/2010 do
225 Conselho Nacional como referencial, que não foi homologado pois elevaria a participação da
226 União na Educação Nacional de 18% para mais ou menos 30%, pois não houve dinheiro
227 naquele momento e nem agora. Por fim, colocou-se a disposição para aprofundar o assunto.
228 Após a explanação, o Prof^o Wilson Barroso divergiu, pois em seu ponto de vista, o Município
229 que não estabelecer meta para avanço e prever por exemplo a construção de 5% de escolas em
230 tempo integral acaba não pedindo supletividade da União para poder superar seus limites.
231 Alegou que a luta pelo regime de colaboração está dentro da perspectiva legal. A educação
232 brasileira não sairá desse patamar que nos estamos sobretudo nos Estados pobres se o regime de
233 colaboração não funcionar e se os municípios pobres forem orientados por um Plano de
234 Educação pobre a realidade não mudará. A representante da IFPA, Prof^a Laura Barros fez uma
235 fala referente ao seu tempo de FEE-Pa, visto que completará um ano como membro do FEE-Pa,

236 mas que ainda não conseguiu se encontrar de maneira que possa contribuir com o trabalho do
237 Fórum, mas que está à disposição, visto que vem de uma entidade que oferta educação
238 profissional, que não é somente uma formação técnica, mas que atravessa da educação básica à
239 educação superior. Em sua análise, existem duas metas relativas à educação profissional no
240 PEE que tratam da oferta e ampliação, do ensino integrado que é uma experiência que o
241 Instituto Federal possui, que é oferecer curso de formação média juntamente com a formação
242 técnica para os alunos na faixa etária de 15 a 17 anos. Explicou que a sua entidade possui metas
243 para cumprir no PNE relativas à educação profissional, mas gostaria de saber de que forma o
244 Instituto Federal pode colaborar dentro do FEE-Pa. Por fim sugeriu a criação de Grupos de
245 Trabalho - GT's para trabalhar os temas centrais das metas, como por exemplo a educação
246 superior, a formação dos professores a gestão democrática, etc. E colocou-se à disposição do
247 FEE-Pa. A coordenadora da Comissão de Monitoramento e Sistematização, Profª Gorete
248 Rodrigues convidou-a para integrar a Comissão, uma vez que as suas contribuições irão
249 certamente qualificar o trabalho. A profª Beatriz Padovane fez uma consideração a respeito da
250 necessidade de qualificação do debate do FEE-Pa. Em sua opinião, tecnicamente devemos levar
251 em consideração que, a elaboração do PEE não considerou a Rede Estadual. Precisamos
252 conceber que os resultados do Estado são a composição dos resultados da rede Estadual, das
253 Redes Municipais e das Redes Particulares de Ensino. Logo, nem todos os percentuais poderão
254 ser atribuídos apenas à Rede Estadual. Em seu ponto de vista, afirmou que não considera que o
255 PEE seja um plano pobre, mas sim um plano que está seguindo a ação nacional e que não se
256 limitou olhar para a própria Rede, mas sim para o Território do Estado, além do que foi um
257 plano que demandou muito estudo para tentar que ele fosse feito o mais factível possível dentro
258 de uma orientação que organizou todo país. Concluiu dizendo que a pior coisa que se pode fazer
259 para um país, um Estado, um município, foi o Plano Nacional que passou, com 251 metas e que
260 era tão inexecutável que nunca ninguém se preocupou com ele. O PEE atual por sua vez, é um
261 Plano corajoso em relação a realidade efetiva vivenciada pela educação e os números da
262 educação no Estado do Pará. Chamou atenção para o fato de que o PEE periodicamente
263 precisará ser revisto, nesse caso, se a realidade apontar que se pode superar aquilo que está
264 colocado é ótimo e poderá se rever a meta a qualquer tempo. O representante da ALEPA, Sr.
265 Sérgio Massola pediu a palavra e discorreu acerca da utilidade que a Assembleia Legislativa
266 pode ter para o FEE-Pa. A Assembleia que define o orçamento o que é possível executar ou
267 não através da legislação. Partindo desse pressuposto, em seu ver, a ALEPA seria mais útil, não
268 na participando efetivamente do fórum em si, mas no acompanhamento das metas e nas
269 possíveis mudanças que possam ser feitas. Explicou que existem instrumento na própria
270 Assembleia, como por exemplo, a comissão a qual secretaria, pode convocar uma audiência
271 pública com a participação dos deputados para compor qualquer mudança de legislação e nesse
272 tipo de ação no que se acredita que pode ser mudado ou aprimorado. Mas que nos assuntos
273 específicos de meta de percentual os Deputados não são especialistas. O coordenador iniciou as
274 inscrições para os informes. A Profª. Glória Rocha compartilhou a realização da feira
275 vocacional realizada pela UEPA que contou com a presença de mais de dez mil pessoas que
276 receberam o jornal do candidato com informações para os pretensos candidatos na

277 Universidade além do catálogo de cursos. Informou também a realização das feiras itinerantes
278 que funcionam em seis escola públicas e privadas do Estado. Afirmou ser importante que haja o
279 estímulo das USES para que se possa divulgar esse processo de mobilização. Informou ainda
280 que amanhã será realizada a reunião do Conselho Universitário que votará o Projeto Executivo
281 do Processo seletivo: PROSEL que adota as notas do ENEM para o ingresso na universidade e o
282 PRISE que será realizado em sua última versão. Sendo todo o ingresso realizado através do
283 ENEM a partir de 2018. Informou que nas inscrições do PROSEL para alunos das escolas
284 públicas são 100% isentos da taxa, quanto as cotas, serão destinadas 50% das vagas para alunos
285 da escola pública. Informou também os seguintes processos seletivos especiais: para alunos de
286 Libras que pretendem atuar como Licenciados sendo destinados 50% de vagas para alunos
287 surdos e o Processo Seletivo para alunos indígenas que ocorrerá entre novembro e dezembro. O
288 coordenador do FEE-Pa reiterou o movimento que tem sido feito em termos do projeto Pacto
289 pela Educação e envolvimento dos demais parceiros e informou que na quinta-feira sai o
290 resultado do IDEB e o Estado conseguiu avançar nos três níveis cumprindo a meta projetada.
291 Analisou o insucesso obtido em 2013 e o resultado de 2015 e atribuiu o crescimento às ações do
292 pacto, envolvimento dos parceiros, às ações relacionadas à formação continuada tem
293 demonstrado o avanço da Secretaria de Estado de Educação. Por fim, informou que na próxima
294 segunda-feira, em alusão ao aniversário de Paulo Freire, será o lançamento da CONAE 2018, e
295 o Coordenador do Fórum Nacional, Prof^o. Heleno Araújo, mencionou a necessidade do FEE-Pa
296 tratar deste tema e definir o Lançamento da CONAE 2018 no Estado a ideia é que se possa
297 definir uma data para o lançamento ainda no mês de outubro e sugeriu a data da próxima
298 reunião, 14 de outubro, para data do lançamento no Estado. O representante da UFPA, Prof^o.
299 Roberto Ferraz, mencionou que na última reunião do Fórum conversou com o Coordenador do
300 Fórum Nacional de Educação, Prof^o Heleno Araújo, sobre o relatório da última Conferência
301 Estadual que o FEE-Pa inseriu no Sistema e mas foi extraviado, para ver se consegue-se
302 resgatar isso e ele forneceu o e-mail dele para o Prof. Orlando Nobre e solicitou que o FEE-Pa
303 provoque essa solicitação em Brasília e ressaltou a importância desse histórico de dados. O
304 coordenador agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada. E eu, Karine Almeida
305 Paixão, lavrei a presente Ata que vai com frequência em anexo. A ata foi submetida à
306 apreciação pelo pleno e foi aprovada por unanimidade com suas devidas correções.

307

308

309

310

311

312



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

FREQUÊNCIA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/FFE-PA

SESSÃO DO DIA: 13/09/2016

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Hamilton Correia	CUT/PA	988412-5013	hugemom.correia@sermnet.com	
02	Kátia Távio	CEE/PA	98123.0465	katiatavio@gmail.com	
03	Gléice Rocha	UEPA	98121-2408	gleice.rocha@uepa.br	
04	Delmo Oliveira	UEPA	98112-2735	delmo.oliveira@uepa.br	
05	Louise Klumbe Soares	IFPA	983587372	louise.klumbe@ifpa.edu.br	
06	Priscila Dayenara Nobre	SAITEP	98153-0196	priscila.rochasse@gmail.com	
07	Thaís Brito de Brito	UNICME/SECUC	98841-7386	mauiagouttebruto@uic.edu.br	
08	Luiz Soares	PROFES/UEPA			
09	José Roberto Sousa da Silva	SEBUC	98823 3642	josereb@sebu.br	
10	Renato FERNANDES PIMENTA	UEPA	9114 1992	fernando@uepa.br	
11	Jonas Donatós	UEPA	982481625	jonasdonatos@gmail.com	
12	Angela Aguiar	UEPA	982099853	angelaaguiar@yahoo.com.br	
13	Donaci de Souza	CEDESPA	9-9613-9519		
14	Neu Marcondes	UNIDIME/PA	996349990	neu@unidimepa.com	
15	SÉRGIO MASSOBA	ALFAA	988141882	Sergio.MASSOBA@gmail.com	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

FREQÜÊNCIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/FFE-Pa

SESSÃO DO DIA: 13/09/2016

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	Ana Lora P. de Brito	ANFOPE	982401322	anorapbr@yahoo.com.br	
17	Márcia Andréia A. de Kornum Almeida Paixão	SEBUC	91122-1196	marcia.ribeiro@sebuc.com.br	
19	Ana Claudia Martins de A. Sara	SENAC	91265-3556	ameclaudia@pa.senac.br	
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					